

## O que se comemora a 24 de Novembro?

O CONCELHO de Sines é velho de séculos. No dia 24 de Novembro comemora-se justamente a elevação de Sines a vila e a delimitação do seu concelho, embora tenham ocorrido em momentos diferentes e o concelho actual tenha uma configuração muito diferente daquela que lhe foi dada em 1364.

Em 1361 o lugar de Sines ainda pertencia ao termo de Santiago do Cacém. Pela sua localização, o porto de Sines tornou-se, após a Reconquista Cristã, um dos pontos de escoamento dos produtos do Baixo Alentejo, como os cereais, a cortiça, o peixe ou o carvão, uma tendência visível a partir da segunda metade do século XIII. É neste contexto de valorização do litoral português, perceptível pela criação de várias vilas e concelhos pelo país, que se insere a elevação de Sines a vila e a sede de concelho.

Em 24 de Novembro de 1362, o rei D. Pedro I outorga uma carta de elevação de Sines a vila. Não se tratava já de foral, nem ainda a delimitação física do concelho. O documento que concede a autonomia administrativa a Sines não recebe o nome de foral, mas reconhece de direito a importância da vila do ponto de vista económico, demográfico e fiscal, tal como sucedeu com a vila de Cascais, em 1364 (1) ou Mira (2), em 1448, ao permitir-lhe eleger os seus oficiais e juizes.

O tempo dos forais, a época da Reconquista e da consolidação do território e das estruturas políticas e administrativas portuguesas, já passara. De facto, os forais foram, durante esse período, cartas de instituição ou de reconhecimento dos concelhos, e determinavam o direito público e a justiça locais e as prestações fiscais, registavam as disposições sobre os direitos e garantias dos munícipes. Foram importantes instrumentos de povoamento ou de reconhecimento da autoridade real.

A carta de elevação de Sines a vila é bastante mais simples. Não se nomeia magistrados ou órgãos, sendo antes um documento que concede a um lugar autonomia administrativa e judicial a um lugar, procurando equilibrar o poder do concelho com o da Ordem de Santiago. Tendo como título, no exemplar conservado na Chancelaria Régia de D. Pedro I, *Sines facta villa e fora da sugeisom de Santiago de Cacem*, limita-se a definir a jurisdição do concelho, a eleição de magistrados próprios e a obrigatoriedade de respeitar o senhorio, a Ordem de Santiago de Espada. Este documento encontra-se na Torre do Tombo, e foi publicado pela primeira vez em 1973, pelo Dr. Arnaldo Soledade (3).

A Ordem confirmava os oficiais eleitos (juizes e vereadores), era responsável pela justiça em segunda instância, nomeava vários magistrados e oficiais, como os juizes dos órfãos e os alcaides.

A necessidade de defesa da costa está bem presente na carta. Os moradores tinham começado a levantar um “muro” para defender a vila, e deviam continuar com a empresa. Neste “muro” poderá estar a origem do castelo de Sines.

Tal como sucederá com a vila de Cascais, também a delimitação do “termo” ou concelho de Sines será mais tardia. O documento, intitulado *Da jurdiçon e termo de Sines, et coetera*, foi outorgado em 30 de Setembro de 1364 (4). O concelho de Sines, mais extenso do que actualmente, era delimitado, a norte, por Santiago do Cacém, a este com Garvão, Odemira e Panóias, e a sul com o rio Mira. Até finais do século XV o concelho de Sines incluía a foz do Mira, o Cercal e Colos. Em 1486 D. João II funda Vila Nova de Milfontes, sendo que o Cercal fazia parte do seu termo; em 1499 Colos torna-se concelho. As justificações são, no primeiro caso, a necessidade de povoamento daquela área do litoral; no caso de Colos, um forte crescimento demográfico.

A mesma dinâmica de crescimento que permitira a Sines tornar-se vila e concelho, no século XIV, retira-lhe território, no século XV. No início do século XVI o concelho de Sines era, do ponto de vista da sua delimitação, muito semelhante ao actual. A extinção do concelho, entre 1855 e 1914, não altera os limites do concelho, constituído somente, até 1986, pela freguesia de Sines.

Em 1512, tal como outras vilas e cidades do país, Sines recebe o seu foral manuelino. Insere-se na reforma dos forais portugueses iniciada nos finais do século XV, no sentido de recuperar direitos reais que tinham sido usurpados ou esquecidos e assegurar a sua cobrança.

Data de 20 de Setembro de 1512 (5). O documento enuncia todos os direitos reais a cobrar e o seu valor, bem como os rendimentos da Ordem de Santiago de Espada, quer jurisdicionais quer patrimoniais. Por exemplo, se a Coroa tinha direito à “pensam dos tabaliães”, a dizima velha do pescado era receita da Ordem de Santiago.

A vida administrativa e judicial dos concelhos era agora regulada pelas Ordenações do Reino, que Dom Manuel também reformulou, tornando os forais documentos de regulação fiscal, importantes para conhecer a vida económica da localidade bem como conhecer algumas malhas da rede senhorial. O foral de Sines só deixa de regular a vida do município com as Revoluções Liberais do século XIX e a extinção dos forais, considerados obsoletos.

Assim, o que comemoramos a 24 de Novembro é a existência do concelho de Sines, apesar de todas as vicissitudes por que passou.

Sandra Patrício

(1) MARQUES, A.H. de Oliveira – Carta da Vila de Cascais, 1364. 1ª Edição. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1989.

(2) FERNANDES, Maria Alegria Marques – As Terras de Mira: perspectiva histórica. 1ª Edição. Mira: Câmara Municipal de Mira, 1993.

(3) Pode encontrar esta transcrição do Dr. Arnaldo Soledade na quarta edição da obra, editada pela Câmara Municipal de Sines, de 1999, na página 48. Outra transcrição é a de A.H. de Oliveira Marques, na obra Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I. 1ª edição. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, documento nº 705.

(4) Vide a transcrição do Dr. Arnaldo na obra já citada, páginas 49-50, bem como a transcrição do Dr. A.H. de Oliveira Marques, na sua obra já citada.

(5) Vide a transcrição do Dr. Arnaldo Soledade na obra Carta de Foral da Vila de Sines. 1512. Sines: Câmara Municipal de Sines, 2002.